

III ENECULT

TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: O DEBATE SOBRE AS INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS

Carmen Lucia Castro Lima¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal fazer uma breve discussão sobre o papel das indústrias culturais e criativas na formulação de políticas culturais para o desenvolvimento. Será apresentado que, a partir da segunda metade do Século XX, as indústrias culturais passaram a ter uma importância estratégica para o desenvolvimento econômico e para a preservação da diversidade cultural dos países. Assim, surge a necessidade de inserí-las como parte integrante das políticas culturais. Na segunda metade dos anos 1990, surge o termo indústria criativa, como extensão do conceito indústria cultural, para englobar todas as atividades que produzem e difundem bens e serviços com conteúdos culturais e sujeitos aos direitos autorais. Este segmento, nos últimos anos, tem sido apontado como importante vetor de desenvolvimento local em vários países.

Palavras-chave: Política Cultural. Desenvolvimento. Indústrias Culturais. Indústrias Criativas.

1. Introdução

A relação entre economia e cultura é bastante delicada. Muitos artistas não gostam de relacionar os seus trabalhos com a economia, considerando um perigo para sua liberdade artística. Por outro lado, muitos economistas tratam a cultura como uma atividade irrelevante em sua agenda de pesquisa ou simplesmente como tema que deva ser abordado por outras ciências.

A influência da perspectiva econômica na formulação de políticas públicas é uma tendência contemporânea em que políticas econômica e pública têm sido, muitas vezes, tomadas como sinônimos (THROSBY, 2001). Considerando esta importância, seria apropriado perguntar: como a dimensão econômica na formulação de política pública incorporaria a cultura?

¹ Diretora da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Membro do GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia da Cultura. Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Católica de Salvador. E-mail: lima-carmen@uol.com.br

Diversas atividades culturais apresentam dimensão claramente econômica ao se envolver em processos de produção, circulação e consumo de produtos. Este fato explicaria a extensão na qual os governos, atualmente, fazem intervenções nesta área, utilizando instrumentos como: subsídios, empresas públicas, incentivos para investimento, isenção de impostos, regulação, provisão de informação, educação e treinamento (THROSBY, 2001). Assim, as atividades culturais, no sentido lato, seriam um pilar estratégico para o desenvolvimento dos países.

Não obstante, a relação entre cultura e desenvolvimento vir assumindo, crescente e aceleradamente, um lugar de destaque na agenda contemporânea, é uma área pouco explorada pelos economistas. As atividades culturais, cada vez mais, atraem grandes investimentos, criam empregos, geram renda e trazem divisas para o país, contudo, existem, relativamente, poucos estudos sobre economia da cultura.

A importância da cultura, no âmbito econômico, pôde ser observada durante o século XX, com o crescimento das denominadas “indústrias culturais”. Diante do potencial destes segmentos, como instrumento de desenvolvimento e de expressão cultural, compreendeu-se, a partir dos anos 80, que deveriam ser objeto de políticas públicas.

Ao final do século XX, discute-se a importância das “indústrias criativas”, que ultrapassariam as artes e indústrias culturais tradicionais para incluir novos e antigos segmentos econômicos. Nos últimos dez anos, diferentes governos do mundo têm envidado esforços para desenvolver políticas direcionadas a este segmento.

O presente artigo tem como objetivo discutir o papel das indústrias culturais e criativas como vetor de políticas culturais para o desenvolvimento. Além desta introdução, o artigo contém mais quatro itens: no item 2, será apresentado um conceito de políticas culturais e a sua relação com o desenvolvimento; no item 3, será discutido como as indústrias culturais, a partir dos anos 80, se tornaram um objeto das políticas culturais; no item 4, será feita uma discussão do conceito de indústria criativa e das iniciativas de apoio a este segmento e no item 5, serão feitas as considerações finais.

2. As políticas culturais para o desenvolvimento

Pode-se, inicialmente, considerar o conceito de política cultural de Teixeira Coelho (1997). Para este autor, política cultural é entendida como programas de intervenção realizados pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e

promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. A realização de políticas culturais pode ocorrer segundo a iniciativa própria do Estado ou mesmo em resposta a demandas da sociedade (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Barbalho (2005) chama a atenção que este conceito de Teixeira Coelho situaria a política cultural em um âmbito objetivista. Em outras palavras, o conceito “não daria conta dos trânsitos de propostas, conceitos, representações e imaginários que cruzam o campo cultural e que muitas vezes não se concretizam em ações práticas” (BARBALHO, 2005, p. 37). Na verdade, a política cultural não se daria de forma consensual, mas é resultado de forças políticas e sociais.

Teixeira Coelho (1997) classifica as políticas culturais segundo seus circuitos de intervenção, em quatro tipos básicos:

1) Políticas relativas ao mercado cultural: que representam as ações de apoio a setores de produção, distribuição e consumo da cultura.

2) Políticas relativas à cultura alheia ao mercado cultural: são aquelas que representam os modos culturais que de alguma forma não se inserem no mercado tal como é caracterizado.

3) Políticas culturais relativas aos usos da cultura: dizem respeito às ações que criam condições para que as pessoas possam desfrutar plenamente dos modos culturais que lhe são postos à disposição, como receptores mais informados ou potenciais criadores.

4) Políticas relativas às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais: ocupam-se em realizar a organização administrativa da cultura, definindo funções e criando instituições, como centros de pesquisa, museus e escola de arte.

Uma das questões bastante desafiadoras, na atualidade, são as políticas relativas ao mercado cultural. A relevância deste tema se deve ao fato de que as atividades culturais estão entre os mais dinâmicos segmentos econômicos, contribuindo para o aumento do produto e do emprego. Os produtos culturais são também dinamizadores de uma série de atividades econômicas, como a indústria de eletro-eletrônicos, turismo e lazer.

Além disso, no capitalismo contemporâneo, os bens simbólicos tornam-se os ativos fundamentais de um país ou de uma organização. Cocco e Negri (2006) analisam que a economia como um todo depende cada vez mais das dimensões culturais. A cultura "gera valor" porque o que é incorporado aos produtos são formas de vida. Os

autores analisam que, no capitalismo globalizado, a dimensão cultural está no trabalho que se transforma em intelectual e criativo, ou seja, imaterial.

A Unesco (2005) realizou um estudo em que analisa o comércio internacional de bens e serviços culturais, durante o período de 1994 a 2003, e constatou que o comércio de bens culturais passou de US\$39.3 bilhões em 1994 para US\$59.2 bilhões em 2003. Bentley (2004) informa que se, há cem anos, menos de 10% das pessoas trabalhavam no setor cultural da economia, em 1950, este percentual subiu para 15%. Nas duas últimas décadas, houve uma explosão e, atualmente, cerca de 30% dos trabalhadores das nações industriais avançadas encontram-se no setor cultural.

Os dados supracitados demonstram que, na contemporaneidade, as atividades culturais têm um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Diante deste fato, vários países passaram a considerar a produção de bens culturais como uma importante área de investimentos públicos e privados.

Desde os anos 60, a cultura e a sua relação com o desenvolvimento econômico, tem sido pauta de diversos fóruns internacionais. Por exemplo, a Unesco, em 1970, questiona um modelo de desenvolvimento baseado essencialmente em critérios de rentabilidade econômica e racionalidade técnica. A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México, em 1982, discutiu a dimensão cultural do desenvolvimento econômico (ICOMOS, 1985):

A cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento tem sido concebido freqüentemente em termos quantitativos, sem levar em conta a sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico persegue o bem-estar e a satisfação constantes de cada um e de todos.

Em 1992, conjuntamente com a ONU, a Unesco criou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. O relatório desta Comissão, Nossa Diversidade Criadora, publicado em 1996, é considerado seminal para a agenda internacional de políticas culturais definida pela Unesco (BARBALHO, 2005).

Em 1998, a Unesco realizou, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Política Cultural para o Desenvolvimento. Deste encontro, resultou um amplo conjunto de recomendações para os países membros, a saber: fazer da política cultural um dos elementos-chave da estratégia de desenvolvimento; promover a criatividade e a participação na vida cultural; reforçar, assegurar e ampliar a política de proteção ao patrimônio cultural, tangível e intangível, móvel e imóvel e promover a indústria cultural; promover a informação sobre a diversidade cultural e lingüística dentro das

comunidades e para a sociedade como um todo; disponibilizar mais recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento da cultura (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/06/2004).

RUBIM et al (2005) discute que outros organismos internacionais têm inserido a cultura na sua agenda para o desenvolvimento, a saber: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizou, em 1999, o Fórum Desenvolvimento e Cultura; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dedicou, em 2004, o seu relatório anual ao tema da diversidade cultural; o BID e o Banco Mundial, co-financiam, em parceria com os governos dos Estados, ações e projetos nas áreas de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico e também apóiam financeiramente investigações relativas à cadeia produtiva das indústrias criativas.

No início deste século, a cultura está definitivamente inclusa entre os fatores de desenvolvimento, em que as políticas culturais devem estar articuladas às econômicas e sociais. Os elementos culturais passaram a ocupar posição estratégica na elaboração de projetos gerais de desenvolvimento.

Em todos os países existem uma forma ou outra de intervenção explícita dos poderes públicos com o objetivo de proteger o patrimônio e fomentar a vida artística e cultural. Entretanto, a intervenção governamental para cultura a partir de uma perspectiva econômica levanta algumas questões de grande complexidade. Bonet (2001) resume estas questões nos seguintes aspectos:

- a) O impacto redistributivo e a equidade das políticas culturais.
- b) A obtenção de benefícios externos e a assunção de custos por parte do Estado.
- c) A função substitutiva do Estado ante as falhas de mercado².
- d) O papel dinamizador do Estado sobre a oferta e a demanda cultural.
- e) Os problemas de eficiência e eficácia da ação governamental.

3. As indústrias culturais como objeto de políticas de culturais

Na passagem da modernidade para o mundo contemporâneo, verificou-se que um significativo percentual do que se denomina cultura se difunde graças a uma produção industrial. Este processo está relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e da chamada “indústria cultural”.

O termo indústria cultural foi cunhado, em 1947, pelos teóricos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, no livro *Dialética do Esclarecimento*

² As falhas de mercado podem ser definidas como a incapacidade de o mercado levar o processo econômico a uma situação social ótima. Assim, estas impedem o mercado de alocar os recursos no mais alto interesse da sociedade.

(ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Para estes autores, indústria cultural é o nome genérico que se dá ao conjunto de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis.

A indústria cultural combinaria a criação, produção e comercialização de conteúdos criativos que são intangíveis e de natureza cultural. Estes conteúdos estão normalmente protegidos por direitos autorais e podem tomar a forma de um bem ou serviço. No sistema de produção cultural enquadram-se a televisão, o cinema, o rádio, jornais, revistas e entretenimento, em geral.

Com a indústria cultural, a arte é inserida na esfera da indústria capitalista. Isto significa a produção em série e a comercialização dos bens culturais, ou seja, a transformação destes em mercadorias.

Sobre esse tema, Adorno e Horkheimer (1985, p. 114) afirmam que “*a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma*”. A ideologia presente na indústria cultural visaria transformar o sujeito independente em sujeito dominado, um consumidor em potencial.

A discussão de Adorno e Horkheimer sobre indústria cultural alimentou uma acalorada polêmica sobre a mercantilização da cultura. O cerne do debate é que a espontaneidade criativa do sujeito transformou-se em simples meio de consumo.

Durante todo o Século XX, especialmente na segunda metade, observou-se um crescimento das indústrias culturais com uma interpenetração crescente entre as artes e estas indústrias. Esta aproximação resultou na subordinação das primeiras ao grande capital e na mercantilização significativa da produção cultural.

Rubim (2006) avalia que a mercantilização da cultura potencializou a tecnologia³ da cultura com a proliferação das mídias e, no seu rastro, das “indústrias culturais”. Rubim (2006, p. 4) analisa:

A subsunção da produção de bens materiais ao capital possibilita a “revolução industrial” entre 1780 e 1840. Tal tecnologia industrial passa a ser aplicada, por óbvio, com as adequações exigidas, à produção de bens simbólicos, em um processo de subsunção da cultura ao capital, como anotado anteriormente. A reprodução técnica de textos e depois imagens e sons cria novas formas culturais, que passam a conviver com os formatos pré-existentes da cultura.

³ A tecnologia de parte significativa da cultura também é captada pela expressão “indústrias culturais”. Neste aspecto, Walter Benjamin vê a reprodutibilidade técnica de forma distinta da visão de Adorno e Horkheimer. Benjamin analisa que a reprodutibilidade técnica é superior à reprodutibilidade manual. Apesar de destruir a “aura” da arte, ou seja, a sua autenticidade, o atual avanço tecnológico permite captar o “semelhante no mundo”.

No pós-guerra, principalmente depois dos anos 60, a expansão da indústria cultural acentuou-se. Na base dessas transformações, pode-se mencionar a influência de dois fatores: o acentuado desenvolvimento do sistema de comunicação que ampliou a base material para geração de bens culturais e a multiplicação dos campos de produção em diferentes regiões do planeta, que redundou na desterritorialização da indústria cultural.

Hesmondhalgh e Pratt (2005) analisam que inúmeros fatores explicariam o crescimento das indústrias culturais no século passado, a saber: prosperidade crescente do Hemisfério Norte; o aumento do tempo de lazer; crescimento dos níveis de alfabetização; ligações entre as novas mídias de televisão e as novas preferências dos consumidores e a importância crescente dos equipamentos culturais (televisão, vídeo-cassete e computadores pessoais) para os consumidores de bens industriais (HESMONDHALGH; PRATT, 2005).

Sob este pano de fundo se multiplicou a produção e consumo de bens culturais. As indústrias culturais se consolidaram como um ramo econômico independente e economicamente significativo. Assim, a partir do início dos anos 1980, tornou-se cada vez mais difícil para os formuladores de políticas culturais ignorarem o crescimento das indústrias culturais.

A primeira grande tentativa de estudar as indústrias culturais foi feita pela Unesco para pensar na desigualdade de recursos entre Norte e Sul. O trabalho da instituição reconheceu a dimensão econômica da cultura e o seu impacto sobre o desenvolvimento e daí começou a analisar as suas características industriais (HESMONDHALGH; PRATT, 2005). Destacou-se a relevância das indústrias culturais para descentralização cultural e, portanto, conclui-se pela necessidade de integrar estes segmentos nas políticas culturais dos países.

Quase ao mesmo tempo, houve uma mudança na maneira de conceber as indústrias culturais pelos formuladores locais de política. A política cultural do *Greater London Council* (GLC), no Reino Unido, foi considerada seminal. Esta agência começou a usar o termo indústrias culturais com o objetivo de incorporar os seus significativos desenvolvimentos, em que se verificou: Primeiramente, aquelas atividades eram importantes geradores de riqueza e emprego. Segundo, um conjunto vasto dos bens e objetos que a população consumia - TV, rádio, filmes, música, livros, propaganda e concertos - era gerado pelo mercado e excluído do sistema público de financiamento. O uso do termo indústrias culturais pela política cultural, no Reino

Unido, tinha o objetivo claro de promover a revitalização de determinadas regiões e cidades. Para a GLC, as indústrias culturais assumiriam a função de conciliar arte e economia (O' CONNOR, 2000).

A questão colocada para as políticas públicas é que o bem cultural resultante deste processo de mercantilização possuiria uma dualidade: ao mesmo tempo em que é uma mercadoria –com dimensão econômica – está impregnada de conteúdos simbólicos – com implicações ideológicas. Por este último aspecto, residem as preocupações dos formuladores de política pública no que se refere à preservação da diversidade cultural.

A incorporação das indústrias culturais como objeto de políticas culturais se intensificou no final do século XX. Bonet (2003) atribuiu este fenômeno as seguintes causas:

I. As indústrias culturais, por serem responsáveis pela produção e circulação de textos e imagens, foram atividades propensas às inovações decorrentes das novas tecnologias e, portanto, bastante dinâmicas na atualidade;

II. No âmbito das indústrias culturais confluíram grandes prioridades de ações governamentais na contemporaneidade: criação de emprego, crescimento econômico e o fortalecimento da identidade nacional e coesão social;

III. O protagonista destas políticas já não é mais o Estado, mas os agentes culturais, a sociedade civil e o próprio mercado.

Em 2002, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no âmbito da sua 31ª Assembléia Geral, lançou o projeto “Aliança Global para a Diversidade Cultural”. Este projeto discute sobre a necessidade de garantir a sustentabilidade das indústrias culturais para preservar a diversidade cultural, apoiar o desenvolvimento econômico, estimular a criação de empregos e implementar sistemas locais de apoio à defesa dos direitos autorais. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco de 2002 afirma:

Frente às mudanças econômicas e tecnológicas atuais, que abrem vastas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se prestar uma particular atenção à diversidade da oferta criativa, ao justo reconhecimento dos direitos dos autores e artistas, assim como ao caráter específico dos bens e serviços culturais que, na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais. (UNESCO, 2002).

Em resumo, nos anos 1990, o discurso sobre o papel estratégico das “indústrias culturais” penetra tanto a níveis nacionais como supranacionais. Estes segmentos

passariam a ser importante, pois, criam emprego e riqueza, fomentam a inovação nos processos de produção e comercialização e são centrais na promoção e manutenção da diversidade cultural e na garantia do acesso democrático à cultura.

4. Indústria Criativa como vetor de políticas de desenvolvimento

No final dos anos 1990, fenômenos como globalização, digitalização, o crescimento do trabalhador do conhecimento, o *boom* da propriedade intelectual e modificações no consumo do lazer tem engendrado significativas modificações na arte e cultura. Essas modificações na economia teriam impulsionado os ativos criativos para o centro da atividade econômica (TEPPER, 2002).

A criatividade passa a ser considerada um complexo processo de inovação combinando idéias, habilidades, tecnologia, gestão e produção. O conceito de criatividade parte da idéia que esta deriva de uma prática reiterada e socialmente aceita e permeia toda a malha cultural de uma nação.

O processo criativo acrescentaria a determinados conteúdos novas embalagens e é também promover novas características para os mesmos invólucros. Atualmente, pode-se observar o aumento da importância do trabalho criativo que gera signos lingüísticos sobre os mecanismos de produção.

A acumulação capitalista, através de toda a produção material simbólica, cria uma série de ativos não materiais ou intangíveis como invenções técnicas, know-how, marcas, desenhos, criações literárias e artísticas. Discute-se o papel destes ativos, resultantes da inovação, expressão e criatividade, como uma fonte não física de geração de valor. Em decorrência disto, expande-se o debate sobre a necessidade de propriedade intelectual⁴ (LIMA, 2006).

Diante dos desafios conceituais e práticos gerados pelas mudanças da economia mundial, o conceito de indústrias culturais mostrou-se insuficiente. Na última década do século XX, surgiram diversos aparatos conceituais, como a indústria de conteúdo, a indústria do entretenimento, a indústria de experiência e a indústria de copyright, para descrever as atividades econômicas que produzem conteúdos simbólicos (SEGERS; HUIJGH, 2006).

O conceito de indústria criativa surgiu, nos final dos anos 1990, como uma nova definição do setor cultural. Este procura incluir as atividades culturais tradicionais e, ao mesmo tempo, enfatizar o papel da arte e da cultura na promoção de inovação e

⁴ A propriedade intelectual é toda espécie de propriedade que provenha da concepção ou produto da inteligência para exprimir os direitos que competem ao intelectual o título de autor ou inventor de obra imaginada, elaborada ou inventada.

crescimento econômico. Segers e Hujigh (2006) interpretam que o uso do conceito indústria criativa possibilitaria, aos formuladores de política, introduzir os aspectos econômicos às políticas culturais, escapando da rejeição que o termo indústria cultural possui. (LIMA, 2006).

Em que pese a controvérsia quanto à conceituação de indústria criativa, alguns elementos unificariam esse segmento: suas atividades têm como proposta central a criatividade; geram e distribuem bens protegidos por direitos autorais e, direta ou indiretamente, lidam com produtos com conteúdo cultural. Uma série de atividades pode ser classificada como indústria criativa: moda, música, audiovisual, *design* gráfico, *software*, fotografia, artes performáticas, artes plásticas, preservação do patrimônio, jogo eletrônico, artesanato, comércio de antiguidades, publicidade e propaganda, edição e publicação, rádio e televisão e arquitetura (LIMA, 2006).

O Reino Unido teve um papel inovador no desenvolvimento de modelos analíticos de indústrias criativas⁵. O Departamento para Cultura, Mídia de Comunicação e Esportes (Department for Culture, Media and Sport), do governo, elaborou o primeiro Documento de Mapeamento das Indústrias Criativas em 1998 como parte de seus esforços para combater a depressão econômica que atingia as cidades industriais (UNESCO, 2006).

Além do Reino Unido, algumas das experiências mais relevantes na área de indústrias criativas são as dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Cingapura e Hong Kong, os países membros da União Européia, do Mercosul e do Convênio Andrés Bello. Estes países começaram, a empregar o termo indústria criativa para classificar atividades produtoras de bem simbólicos e considerá-las como vetor de políticas de desenvolvimento regional.

Entre os países da União Européia têm se proliferado os estudos de mapeamento do setor criativo na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia. Apesar de não serem tão reconhecidas como as do Reino Unido, essas experiências apresentam resultados importantes acerca da dinâmica econômica do setor nesses países (CRECE, 2005).

São crescentes, também, as iniciativas na América Latina na área de indústrias criativas. O Convenio Andrés Bello (CAB)⁶ tem publicado um grande número de

⁵ O Reino Unido criou um ministério dedicado ao tema: o Ministério das Indústrias Criativas e Turismo (Minister for Creative Industries and Tourism). Além disso, conta com um numeroso grupo de especialistas no setor.

⁶ Uma instituição regional, com base em Bogotá, dedicada a promover a cultura.

trabalhos pioneiros no estudo da dimensão que alcançam as indústrias criativas dentro das diferentes economias nacionais (UNESCO, 2006). No âmbito do projeto Economia e Cultura, foram desenvolvidos estudos sobre os segmentos criativos no Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (CRECE, 2005).

A Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile realizaram estudo sobre a importância econômica das indústrias e as atividades protegidas pelo direito de autor e os direitos conexos nos países do Mercosul e Chile. Por sua vez, a Argentina e o Chile criaram um órgão dedicado ao estudo das indústrias criativas no âmbito dos seus Ministérios da Cultura.

Na América Latina, cabe destacar a experiência colombiana na avaliação econômica de atividades criativas. Em 2002, a Colômbia foi selecionada como país piloto do programa de Indústrias Criativas do British Council,⁷ voltado às economias em desenvolvimento. A previsão de duração deste projeto é de cinco anos.

O Observatory of Cultural Policies in África (ILO)⁸ é a primeira iniciativa de mapear as indústrias culturais naquele continente. A ILO publicou uma série de estudos sobre as indústrias criativas no South African Development Community (SADC), envolvendo artes do espetáculo e a dança, a televisão e o cinema, a indústria da música, as artes visuais e o artesanato (UNESCO, 2006). Em 2007, será realizada a primeira conferência sobre indústrias criativas na África.

Na XI UNCTAD (11ª Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), realizada em junho de 2004, a comunidade internacional reconheceu que “as indústrias criativas podem ajudar a fomentar externalidades positivas, ao tempo em que preservam e promovem o patrimônio e a diversidade culturais” De acordo com as recomendações feitas pela Reunião, o Secretariado da UNCTAD, juntamente com o governo brasileiro, lançou, em agosto de 2004, em Genebra, a iniciativa para a criação de um Centro Internacional das Indústrias Criativas. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005).

Estima-se que as indústrias criativas registram hoje, entre os diversos segmentos econômicos, uma das maiores taxas de expansão, contribuindo, assim, para o crescimento econômico, para o aumento do comércio internacional e a geração de empregos. De acordo com dados da ONU, em 2005 esse segmento representou,

⁷ Este programa busca compartilhar a experiência das Indústrias Criativas do Reino Unido para facilitar e promover alianças e intercâmbios de oportunidades entre os empresários criativos, o setor público e privado.

⁸ Estabelecido com o apoio da Unesco, em 2002, a Unión Africana, o Institute on Cultural Enterprise de New York e a Fundação Ford.

aproximadamente, 7% do PIB mundial e movimentou cerca de US\$ 1,3 trilhão. Durante os três últimos anos, as indústrias criativas têm se submetido a um processo de internacionalização e converteu-se em um tema permanentemente associado aos interesses de curto prazo definidos pelas políticas governamentais de todo o mundo.

5. Considerações finais

O presente artigo procurou discutir sobre a importância atual da dimensão econômica na formulação de políticas culturais. Isto se deve ao fato que as atividades culturais vêm apresentando um significativo impacto sócio-produtivo. Destacam-se, assim, as relações entre cultura e desenvolvimento, em que a primeira é considerada como eixo construtor das identidades, como espaço de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas.

Comumente existem conflitos entre as visões da academia, das empresas privadas e do poder público quanto ao tratamento dado à produção de bens culturais. Os intelectuais tendem a olhar a produção mercantil de cultural como de baixo valor, “vendida” ao mercado. Os gestores públicos tendem a ignorar o potencial produtivo das atividades culturais, as considerando apenas geradoras de despesas. Já os empresários dos setores culturais, por sua vez, tendem a considerar a cultura apenas pela ótica do mercado e de seus negócios. Mais recentemente, passou-se a compreender que a produção mercantil dos bens culturais, por lidar com o simbólico e a formação de identidade dos indivíduos e das nações, tem singularidades que não podem ser ignoradas, sobretudo pelo poder público.

Barbalho (2005) discute que em um sistema cultural contemporâneo, as indústrias culturais ocupam posições estratégicas imprescindíveis. Rubim (2003) defende que uma política cultural perde muito da sua eficácia e efetividade se não interagir criticamente com as indústrias culturais e com as suas mídias (BARBALHO, 2005).

No final dos anos noventa, a abordagem das indústrias criativas, como uma nova definição de setor cultural, modificou o escopo tradicional da política cultural. Ao enfatizar a contribuição da criatividade e do setor criativo para o desenvolvimento local, os problemas da política cultural passam a se relacionar com geração de emprego e renda, produtividade, inovação e competitividade.

6. Referências

ADORNO, T; HORKEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARACHO, M A. P.; REIS, A . A . **Estado, Cultura e Mercado na Globalização: Reflexões e Possibilidades**. Disponível em http://www.duo.inf.br/culturaonline/saladeleitura_textos2.asp. Acesso em: 22 jul. 2006.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.05-28.

BENTLEY, Tom. **Europe in the Creative Age: Knowledge and Skills for the new economy**. Demos Publish. London, February 2004.

BONET, Lluís. Comissão: Indústrias culturais e desenvolvimento na Ibero-América: antecedentes para um debate. In. CANCLINI, Nestor Garcia (coordenador). **Culturas da Ibero-América: Diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. São Paulo: Moderna, 2003.

BONET, Lluís. **Economía y cultura: una reflexión en clave latinoamericana**. Banco Interamericano De Desarrollo Barcelona, enero de 2001.

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio. O monstro e o poeta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 03 Mar.2006.

CRECE. Guía para la elaboración de mapeos regionales de industrias creativas. Ministerio de Cultura da Colombia. Bogotá. 2005.

DCMS. **Creative industries Mapping document**, HMSO, London, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **São Paulo Sedia o Fórum Cultural Mundial**. 24/06/2004.

HESMONDHALGH ,D; PRATT, A. Cultural industries and cultural policy. **International Journal of Cultural Policy** .v 11, n 1, March 2005.

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**. México, 1985. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio23.asp>>.Acesso em: 31 jul. 2006.

JAGUARIBE, A. **As Indústrias Criativas: parâmetros para as Políticas Públicas**. Apresentado no *Workshop* da UNCTAD sobre as Indústrias Criativas Empreendedoras. São Paulo, 9 de junho de 2004.

LIMA, Carmen. Debate sobre indústrias criativas: uma primeira aproximação para o estado da Bahia. Salvador, **Revista da Desenhahia**, n.5, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Fórum Internacional das Indústrias Criativas**. Disponível em: <:atp: //www.cultura.gov.br>Acesso em: 21 jun. 2005.

O'CONNOR, J. Cultural Industries. **European Journal of Arts Education**. Manchester, v. 2, n.3. fev.2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. **Siete cátedras para la integración**. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. Texto apresentado no *II ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 03 a 05 de maio de 2006, Faculdade de Comunicação da UFBA, Salvador/BA.

SEGRS K; HUIJGH, E. Clarifying the complexity and ambivalence of the cultural industries. Gent (Bèlgica) : Steunpunt Re-Creatief Vlaanderen.**Working paper**; n.2 , 2006. 17 p.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário de políticas culturais**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TEPPER, S. J. Creative Assets and the Changing Economy. **Journal of Arts Management, Law & Society**. v. 32 n. 2. 2002.

THROSBY, D. **Economics and Culture**. Cambridge University Press. 2001.

UNESCO. **Understanding Creative Industries**: cultural statistics for public-policy making. Unesco. 2006. Disponível em:<:http://www.unesco.org.br >Acesso em: 17 abr. 2006.

UNESCO. **International flows of selected cultural goods and services, 1994-2003** Defining and capturing the flows of global cultural trade. Unesco, 2005. Disponível em:<:http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=6383_201&ID2=DO_TOPIC>Acesso em: 7 fev. 2006.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília : UNESCO Brasil, 2003. 236 p.

UNESCO. **Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural**. Unesco, 2002.

Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/divcult/dcult/mostra_documento> Acesso em: 23 mar. 2006.